

RELAÇÃO ENTRE SERVIÇOS DE NÃO AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS: EVIDÊNCIAS EM EMPRESAS BRASILEIRAS

DANIELY CORREA VELOSO NUNES

Universidade Federal do Pará -UFPA

GUILHERME DA SILVA GOMES

Universidade Federal do Pará -UFPA

LAÍS BEATRIZ KRULY

Universidade Federal do Pará -UFPA

ALLISON MANOEL DE SOUSA

Universidade Federal do Pará -UFPA

Resumo

O objetivo deste estudo se pautou em avaliar a influência dos serviços de não auditoria no gerenciamento de resultados em empresas brasileiras de capital aberto. A amostra é composta por 184 empresas, considerando o período de 2010 a 2024, totalizando 1.893 observações firma-ano, analisadas mediante a aplicação de regressões em painel. Os resultados apontaram que os serviços de não auditoria não apresentam relação significativa com os accruals discricionários. Em outras palavras, o aumento da contratação desses serviços por determinada empresa não está associado à elevação de práticas de manipulação intencional e deliberada dos seus resultados do período. Dessa forma, o estudo fornece evidências de que, em um ambiente regulado pelo rodízio de firmas e sócios de auditoria, os serviços não relacionados à auditoria tendem a não comprometer a independência do auditor nem a qualidade da auditoria – fatores que, por sua vez, impactam diretamente a qualidade das demonstrações contábeis. Assim, os resultados deste estudo podem auxiliar investidores e credores na identificação de potenciais riscos à qualidade da auditoria e das demonstrações contábeis. Adicionalmente, os resultados oferecem subsídios à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a órgãos reguladores de outros países quanto aos benefícios gerados pela implementação do rodízio obrigatório de firmas e sócios de auditoria, especialmente no que concerne à mitigação dos possíveis impactos adversos de serviços de não auditoria sobre a independência do auditor, a qualidade da auditoria e das demonstrações contábeis.

Palavras-chave: Accruals discricionários, Gerenciamento de resultados, Serviços de não auditoria.

1 Introdução

O auditor é um agente externo à organização, cujo propósito principal é avaliar se as demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis vigentes. Para que essa avaliação seja realizada de maneira adequada, é necessário que o auditor realize o serviço de auditoria com qualidade (DeAngelo, 1981), tornando-se, assim, um agente indutor de credibilidade das demonstrações contábeis (Adams & Evans, 2004; Sousa et al., 2021). Além disso, Bell et al. (2015) e Sousa et al. (2022) argumentam que a qualidade do serviço de auditoria ocorre apenas quando o auditor atua com independência em relação à empresa auditada.

Quando o auditor mantém sua independência, tende a comunicar aos usuários externos da contabilidade eventuais erros materiais cometidos pela empresa (Bell et al., 2015). No entanto, essa independência pode ser ameaçada por fatores relacionados ao vínculo entre a firma de auditoria e a empresa auditada. Dentre essas características, Tepalagul e Lin (2015) destacam os serviços de não auditoria, que podem ser utilizados pelos gestores da empresa como um elemento que promove a dependência financeira da firma de auditoria. Nesse sentido, Bell et al. (2015) e Sousa et al. (2022) argumentam que a dependência financeira prejudica a independência do auditor e, consequentemente, a qualidade do serviço prestado, pois esse agente externo teria menor probabilidade de relatar inconsistências materiais nas demonstrações contábeis elaboradas pelo cliente.

Bell et al. (2015) argumentam que a dependência financeira decorrente dos serviços de não auditoria pode reduzir a probabilidade de o auditor emitir um parecer de opinião modificada, e que os gestores de alto escalão, cientes desta fragilidade, podem contadores a adotar práticas de gerenciamento de resultados. Estudos anteriores avaliaram os efeitos produzidos pelo serviço de não auditoria no gerenciamento de resultados em empresas da Malásia (Bamahros & Hussin, 2015), do Reino Unido (Ferguson et al., 2004), de Bangladesh (Habib & Islam, 2007) e da Alemanha (Hohenfels & Quick, 2020) e descobriram que o aumento dos serviços de não auditoria está associado à implementação de práticas oportunistas ligadas à manipulação do lucro.

Dessa forma, há subsídios para acreditar que a contratação de serviços de não auditoria possa aumentar os riscos de que tais serviços não colaborem, em sua essência, para auxiliar os preparadores a elaborarem demonstrações dotadas de qualidade superior, mas estejam acentuados ao ponto de provocar dependência financeira do auditor em relação à empresa auditada. Consequentemente, os serviços de não auditoria prestados de maneira exacerbada promoveriam prejuízo à condução da auditoria prestada pelo auditor, sendo fonte de aproveitamento dos gestores de alto escalão para alterar propositalmente as suas práticas contábeis, o que poderia comprometer a transparência e a integridade das informações divulgadas.

A partir desse contexto, percebe-se que o auditor, apesar de ser um agente que tende a gerar credibilidade para as demonstrações contábeis reportadas ao público externo, possui características que podem ameaçar a sua independência, como o efeito dos vínculos econômicos e de relacionamento social. Esses vínculos podem ser materializados por meio de algumas características de relacionamento entre o auditor e empresa auditada, por exemplo, os honorários de serviços não auditados. Os serviços de não auditoria, quando contratados pela empresa auditada de forma acentuada, podem servir como um elemento que causa dependência financeira do auditor em relação à empresa cliente, tornando a relação desigual e podendo fazer com que o auditor se sinta intimidado a emitir parecer com opinião modificada diante de situações de reconhecimento econômico inadequado no sistema contábil. Em função disso, os serviços de não auditoria, quando acentuados de maneira exacerbada, seriam capazes de promover danos à independência do auditor. Consequentemente, o aumento dos serviços de não

auditoria estaria positivamente associado a práticas oportunistas incentivadas pelos gestores de alto escalão, que reduziriam drasticamente a qualidade das demonstrações contábeis. Nesse contexto, emerge a seguinte questão de pesquisa: qual a influência dos serviços de não auditoria no gerenciamento de resultados em empresas brasileiras de capital aberto? Considerando a problemática apresentada, o objetivo desta pesquisa é **avaliar a influência dos serviços de não auditoria no gerenciamento de resultados em empresas brasileiras de capital aberto**.

No Brasil, o ambiente institucional é caracterizado por apresentar um nível elevado de assimetria informacional quando comparado a países desenvolvidos, especialmente em relação às suas demonstrações gerenciais (Soschinski et al., 2020). Em função disso, a avaliação do ambiente institucional brasileiro ganha relevância por apresentar um nível de gerenciamento mais intenso, o que torna os mecanismos de governança corporativa ainda mais importantes para investidores e credores. Dessa forma, agentes externos à firma, como o auditor, assumem importância adicional ao desempenhar o papel de promover credibilidade às demonstrações contábeis, que serão utilizadas como instrumento de apoio à tomada de decisões (DeFond et al., 2011; Silvestre et al., 2018; Sousa et al., 2021).

A discussão entre auditor e gerenciamento de resultados recebe destaque adicional devido a aspectos associados à relação entre auditor e auditada, que têm o potencial de contribuir para a redução da independência e, por sua vez, da qualidade do serviço prestado (DeAngelo, 1981; Wolf et al., 1999; Sousa et al., 2022). Dentre esses aspectos, os serviços de não auditoria ganham relevância adicional por poderem tornar a relação entre auditor e empresa auditada de dependência financeira devido ao forte vínculo econômico (Bell et al., 2015). Com isso, discutir os empecilhos provocados pelos serviços de não auditoria na independência do auditor ganha destaque, constituindo também uma preocupação intrínseca na avaliação dos investidores e credores quando tomam decisões relacionadas à alocação de recursos em forma de investimentos ou empréstimos (La Porta et al., 1998; Habib & Islam, 2007).

Essa preocupação sobre os efeitos dos serviços de não auditoria no gerenciamento de resultados ganha ainda mais relevância no Brasil, devido à obrigatoriedade do rodízio da firma e do sócio de auditoria. Em 1999, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) aprovou a Instrução Normativa nº 308, que definiu regras sobre a rotatividade obrigatória dos auditores independentes (firma e sócio) a cada 5 anos. Um dos objetivos principais da implementação dessa Instrução Normativa foi a interrupção do vínculo entre auditor e auditada por longos períodos (Silvestre et al., 2018; Sousa et al., 2021), o que poderia ensejar vínculo social que, consequentemente, poderia fazer com que a empresa auditada contratasse cada vez mais serviços de não auditoria (Sousa et al., 2022).

Assim sendo, esta pesquisa se torna uma essencial fonte de contribuição para a linha de investigação, ao revelar a influência dos serviços de não auditoria no gerenciamento de resultados em um país que possui um mecanismo de rodízio obrigatório, diferentemente de estudos anteriores (Bamahros & Hussin, 2015; Ferguson et al., 2004; Habib & Islam, 2007; Hohenfels & Quick, 2020), que avaliaram a temática em países que não adotam tal mecanismo. Desse modo, leva-se em destaque a abertura para debates relevantes de órgãos reguladores de países diversos em relação aos que adotam os serviços de não auditoria e gerenciamento com a estratégia do rodízio, permitindo concluir se a tática foi positiva e cumpriu a meta desejada.

2 Desenvolvimento e Apresentação da Hipótese de Pesquisa

O auditor é um profissional externo à empresa, cuja principal função é verificar se as demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas contábeis vigentes (DeAngelo, 1981). Para que essa avaliação seja realizada de forma precisa e confiável, é essencial que o auditor realize seu trabalho com qualidade, o que, de acordo com Adams e Evans (2004) e Lu e Sivaramakrishnan (2009), gera credibilidade perante os usuários externos

que transacionam recursos financeiros com a firma. Além disso, Bell et al. (2015) e Sousa et al. (2022) defendem que a qualidade do serviço de auditoria só é garantida quando o auditor atua de forma independente em relação à empresa que está sendo auditada.

A independência é considerada como característica essencial para o auditor, pois está diretamente ligada à eficiência em níveis necessários na condução do serviço de auditoria (DeAngelo, 1981; Sousa et al., 2021). Quando a independência do auditor é comprometida, o auditor não executa o seu trabalho com qualidade exigida (Tepalagul & Lin, 2015), o que pode resultar em falhas na auditoria e permitir ações oportunistas por meio de práticas contábeis pelos gestores de alto escalão (Bell et al., 2015; Sousa et al., 2022). Tepalagul e Lin (2015) explicam que, se os auditores não permanecerem independentes, serão menos propensos a reportar irregularidades, prejudicando assim a qualidade da auditoria. Dessa maneira, a preservação da independência do auditor tende a fazer com que o auditor conduza seus trabalhos com autonomia, capacidade de identificar falhas e irregularidades de forma aceitável.

Moraes e Leite (2015) apontam que a importância da auditoria para quem utiliza seus serviços está diretamente ligada à capacidade do auditor de identificar falhas no sistema contábil e de resistir a possíveis pressões dos clientes ao divulgar informações, especialmente quando são encontradas irregularidades. Em função disso, existe uma preocupação latente sobre os possíveis desfechos na perda da independência do auditor, principalmente devido ao potencial de comprometer a imparcialidade e a autonomia do auditor (Beattie & Fearnley, 1995, Bronson et al., 2016).

Estudos pregressos também evidenciaram a relação entre a perda de independência do auditor e a qualidade da auditoria. Krishnan e Krishnan (1997) descobriram que auditores com independência prejudicada estão associados à probabilidade inferior de emissão de parecer de auditoria modificado. Blay e Geiger (2013) detectaram que a perda da independência do auditor, prejudicada pelo aumento exacerbado dos serviços de não auditoria, está relacionada à menor probabilidade de emissão de parecer de auditoria modificado que relata problemas de continuidade operacional. Stahn (2005) observou que a falta de qualidade nos trabalhos de auditoria pode ser explicada quando a auditoria independente se subordina aos administradores, em decorrência de características que podem fortalecer o vínculo econômico e social entre auditor-auditada. Além disso, Ianello (2012) argumenta que o adequado conhecimento e avaliação dessas características, que tendem a prejudicar a independência e influenciar a opinião dos auditores, contribui sensivelmente para os órgãos reguladores no tocante ao estabelecimento de ações e implementação de atos regulatórios para assegurar a condução de serviços de auditoria com qualidade.

Quando os elementos que tendem a comprometer a independência do auditor se tornam mais presentes na relação entre auditor-auditada, eles tendem a estar associados a redução da qualidade da auditoria percebida ou existente (Tepalagul & Lin, 2015). Dentre essas características, Beattie e Fearnley (1995) e Bronson et al. (2016) destacam a mandato da auditoria – período em que um auditor presta serviços de auditoria consecutivamente a uma mesma empresa. À medida que o relacionamento auditor-cliente se prolonga, o auditor pode desenvolver um relacionamento próximo com o cliente e tornar-se mais propenso a não reportar possíveis inconformidades descobertas no processo de auditoria (Tepalagul & Lin, 2015). Dessa forma, Bell et al. (2015) e Sousa et al. (2022) argumentam que o aumento da posse da auditoria por longos períodos tende a comprometer de forma razoável o nível de independência do auditor e o nível de qualidade empregado no serviço de auditoria.

O vínculo social fortalecido pelo aumento da longa permanência do auditor da auditoria pode resultar na contratação de maiores montantes de serviços de não auditoria pela empresa (Tepalagul & Lin, 2015; Sousa et al., 2022). Esse aumento na contratação de serviços de não auditoria adicionais pelo cliente faz com que o auditor obtenha cada vez mais receitas oriundas de serviços de não auditoria em relação ao serviço de auditoria (Bell et al., 2015). Dessa forma,

cria-se um ambiente de dependência econômica do auditor em relação à empresa auditada (Sousa et al., 2022), fazendo com que o auditor tenha receio de relatar, no parecer de auditoria, inconformidades contábeis ou práticas contábeis agressivas que não reconhecem adequadamente o evento econômico no sistema contábil (Tepalagul & Lin, 2015; Sousa et al., 2021). Consequentemente, o aumento dos serviços de auditoria poderia ser utilizado pelos gestores de alto escalão para implementação de atos oportunistas por meio do gerenciamento de resultados.

Estudos anteriores se dedicaram à problemática associada aos desfechos prejudiciais dos serviços de não auditoria no emprego de práticas oportunistas pelos gestores de alto escalão associadas ao gerenciamento de resultados. Bamahros e Hussin (2015) descobriram que os serviços de não auditoria estão positivamente associados ao emprego de práticas de gerenciamento de resultados em 525 empresas da Malásia, entre 2006 e 2010. Hohenfels e Quick (2020), utilizando uma amostra de 2.567 observações empresa-ano de empresas alemãs listadas entre 2006 e 2013, identificaram que o aumento de serviços não relacionados à auditoria está positivamente relacionado ao uso de accruals discricionários – proxy de gerenciamento de resultados. Resultados similares também foram encontrados em análise com (Ferguson et al., 2004) empresas do Reino Unido entre 1996 e 1998; e (Habib & Islam, 2007) empresas de Bangladesh.

Outra gama de estudos mais recentes também indica que os serviços de não auditoria continuam a estar associados ao uso de práticas de gerenciamento de resultados. Kyriakou, M. I. (2025), ao analisar empresas em 4 países – Itália, Espanha, Alemanha e França - entre 2005 e 2020, descobriu que há uma conexão indireta entre manipulação de resultados e honorários de auditoria, evidenciada por padrões semelhantes nas últimas três crises. A manipulação de resultados (via provisões discricionárias) aumentou mais significativamente na Alemanha do que na França, enquanto na Itália e na Espanha o crescimento foi parecido. Da mesma forma, os honorários de auditoria cresceram mais na Alemanha que na França, e mais na Itália que na Espanha.

A partir desse contexto, percebe-se que os serviços de não auditoria podem estar associados à redução, de maneira razoável, da independência do auditor. Isso, por sua vez, incentivaria o gestor a implementar práticas oportunistas relacionadas ao gerenciamento de resultados, por meio da pressão sobre os preparadores das demonstrações contábeis. Em função disso, haveria subsídios para acreditar que os serviços de não auditoria estejam positivamente relacionados a práticas escusas de gerenciamento de resultados. Adicionalmente, essa discussão ganha ainda mais relevância em um ambiente que adota o rodízio de auditoria, como o ambiente brasileiro. Assim, propõe-se que:

H₁: Há uma relação positiva entre serviços de não auditoria e gerenciamento de resultados.

3 Metodologia

3.1 Amostra e coleta de dados

A população deste estudo compreende as empresas brasileiras de capital aberto que negociaram ações entre 2010 e 2024. Esse intervalo temporal corresponde ao período em que as demonstrações contábeis passaram a ser apresentadas de acordo com o padrão IFRS (*International Financial Reporting Standards*), harmonizado às normas contábeis brasileiras. De forma complementar, outro motivo para escolha do intervalo temporal entre 2010 e 2024 ocorreu porque, a partir do ano de 2010, as empresas brasileiras de capital aberto passaram a publicar o Formulário de Referência - documento que contém informações mais detalhadas sobre a empresa, inclusive no tocante aos detalhes dos montantes de serviços de auditoria das demonstrações contábeis e dos serviços de não auditoria prestados pelo auditor à empresa

auditada. Considerando o intervalo temporal de 2010 a 2024 e as empresas que possuíam todas as informações necessárias para adequada mensuração das variáveis centrais do estudo (serviços de não auditoria e gerenciamento de resultados), bem como das variáveis de controle, a amostra final contou com 184 empresas, totalizando 1.893 observações firma-ano.

Na Tabela 1, apresenta-se o resumo da amostra, considerando o número de empresas e as observações firma-ano, segmentadas por setor, de acordo com a classificação *Global Industry Classification Standard (GICS) Sector Name*.

Tabela 1. Amostra do estudo

Setor	Empresas	Observações
Communication Services	7	58
Consumer Discretionary	47	462
Consumer Staples	15	163
Energy	5	54
Health Care	9	97
Industrials	35	343
Information Technology	3	39
Materials	22	263
Real Estate	13	119
Utilities	28	295
Total	184	1823

Fonte: elaborado pelos autores

Em relação aos procedimentos de coleta de dados, as informações para o adequado cálculo do gerenciamento de resultados e das variáveis de controle de origem econômico-financeira foram obtidas por meio das demonstrações contábeis disponibilizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Já as informações sobre os serviços de não auditoria foram extraídas do Formulário de Referência, disponível para as empresas brasileiras que negociam ações no mercado de capitais.

3.2 Serviços de não auditoria

Os serviços de não auditoria compreendem a prestação de serviços pelo auditor externo à empresa auditada, que serve como um suplemento aos trabalhos relacionados à auditoria das demonstrações contábeis. Bell et al. (2015) e Gul et al. (2007) argumentam que o aumento da proporção dos serviços de não auditoria em relação aos serviços totais prestados pelo auditor pode criar uma situação de dependência econômica do auditor em relação à empresa auditada, o que tende a prejudicar a independência e, consequentemente, a qualidade do serviço de auditoria prestado.

Nesse sentido, uma forma de medir esse fenômeno considera a ponderação entre o montante alocado em serviços de não auditoria e o valor pago pelos serviços totais contratados junto ao auditor (serviços de auditoria das demonstrações contábeis somados aos serviços de não auditoria), por uma determinada empresa (Bell et al., 2015; Sousa et al., 2025). De modo consequente, os serviços de não auditoria foram mensurados a partir da soma dos valores contratados no período, ponderada pelo montante total dos serviços de auditoria do período, analogamente ao realizado por Ferguson et al. (2004), Gul et al. (2007), Choi et al. (2011), Hohenfels e Quick (2020) e Sousa et al. (2025).

3.3 Mensuração do gerenciamento de resultados

O gerenciamento de resultados confere à variável dependente deste estudo, sendo mensurado por meio dos *accruals* discricionários (AD), conforme a proposição de Kothari et al. (2005). Proposição essa que decorre de um aperfeiçoamento dos modelos propostos

anteriormente (Jones, 1991; Dechow et al., 1995), que foram desenvolvidos com a finalidade de medir o nível de manipulação intencional e deliberada empregada pelos gestores de alto escalão no resultado do período, a partir de itens contábeis discricionários que não transitaram pelo caixa do período. Na Equação 1, apresenta-se o cálculo dos *accruals* totais ao considerar a técnica do balanço.

$$TA_{it} = (\Delta AC_{it} - \Delta Caixa_{it}) - (\Delta PC_{it} - \Delta FinEmp_{it}) - Depreciação_{it} / A_{it-1} \quad (1)$$

Em que, TA_{it} = *accruals* totais da empresa i no período t ; ΔAC_{it} = variação do ativo circulante da empresa i no final do período t em relação ao período $t-1$; $\Delta Caixa_{it}$ = variação do caixa da empresa i no final do período t em relação ao período $t-1$; ΔPC_{it} = variação do passivo circulante da empresa i no final do período t em relação ao período $t-1$; $\Delta FinEmp_{it}$ = variação dos empréstimos e financiamentos da empresa i no final do período t em relação ao período $t-1$; $Depreciação_{it}$ = depreciação da empresa i no período t , e; A_{it-1} = ativo total da empresa i no período $t-1$.

Com o cálculo dos *accruals* totais, foi possível segmentá-los em *accruals* discricionários e não discricionários. Essa segmentação permite identificar quais componentes dos *accruals* são passíveis de uso oportunista pelos gestores do alto escalão executivo, com vistas a gerenciar o resultado. Para mensurar os *accruals* discricionários, utilizou-se a Equação 2, com base no método de regressão *Ordinary Least Squares* (OLS), seguindo os procedimentos destacados por Kothari et al. (2005).

$$\frac{TA_{it}}{A_{it-1}} = +\beta_0 + \beta_1 \left(\frac{1}{A_{it-1}} \right) + \beta_2 \left(\frac{\Delta RL_{it} - \Delta CR_{it}}{A_{it-1}} \right) + \beta_3 \left(\frac{PPE_{it}}{A_{it-1}} \right) + \beta_4 ROA_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Em que, TA_{it} = *accruals* totais da empresa, A_{it-1} = ativos totais do fim do exercício da empresa i no período $t-1$, ΔRL_{it} = variação da receita líquida da empresa i no período t ; ΔCR_{it} = variação das contas a receber da empresa i no período t ; PPE_{it} = ativo imobilizado do fim do período da empresa i no período t , ROA_{it} = rentabilidade sobre o ativo da empresa i no período t , e; ε_{it} = termo de erros (resíduos) da regressão da empresa i no período t .

Com a estimação da Equação 3, foi possível obter os resíduos da regressão, que representam o nível de *accruals* discricionários utilizados na composição do resultado do período (Kothari et al., 2005; Sousa et al., 2023). Os resíduos de uma regressão podem assumir valores positivos ou negativos, apontando a possível direção do gerenciamento de resultados – seja para aumentar ou reduzir o lucro do período. No entanto, como o objetivo deste estudo é avaliar a intensidade do gerenciamento de resultados por *accruals* discricionários, procedeu-se à submissão dos valores do resíduo da regressão ao módulo. Dessa forma, quanto maior o valor da variável, mais intensamente o resultado do período foi gerenciado. Consequentemente, os resíduos em módulo serviram de *proxy* para a variável *Accruals Discricionários* (AD).

3.4 Variáveis de controle

O estudo também foi constituído por variáveis de controle, que foram utilizadas com propósito de isolar os efeitos promovidos pelos serviços de não auditoria sobre o gerenciamento de resultados. Essas variáveis de controle compreendem: rentabilidade sobre o ativo (Sohn, 2016; Sousa et al., 2023), pequenos lucros (Barth et al., 2008; Sousa & Ribeiro, 2020), prejuízo (Ali & Zhang, 2015; Lourenço et al., 2018), fluxos de caixa operacionais (Ali & Zhang, 2015), crescimento da receita (Sincerre et al., 2016; Sousa et al., 2022), dívida total (Lourenço et al., 2018; Xu et al., 2019; Almadi & Lazic, 2016) market to book (Ali & Zhang, 2015; Sousa et al., 2023) e tamanho (Lourenço et al., 2018; Xu et al., 2019; Almadi & Lazic, 2016). De forma

complementar, as variáveis de controle de natureza econômico-financeira também foram utilizadas nos modelos multivariados variáveis de controle setorial, ao considerar a classificação GICS Sector e de períodos anuais.

3.5 Modelo econométrico e análise de dados

A hipótese proposta neste estudo defende que há uma relação positiva entre os serviços de não auditoria e o gerenciamento de resultados. Para a adequada verificação dessa hipótese, desenvolveu-se o seguinte modelo econométrico (Equação 3).

$$AD_{it} = \beta_0 + \beta_1 SNAUDIT_{it} + \sum_{c=1}^8 \phi_{Controles} + \sum_{s=2}^{10} \phi_{Setor} + \sum_{A=2}^{15} \phi_{Ano} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

AD_{it} = accruals discricionários da empresa i no período t ; $SNAUDIT_{it}$ = serviços de não auditoria da empresa i no período t ; Variáveis de Controle (ROA_{it} = rentabilidade sobre o ativo da empresa i no período t ; $PLUCROS_{it}$ = pequenos lucros da empresa i no período t ; $PREJU_{it}$ = prejuízo da empresa i no período t ; CFO_{it} = fluxo de caixa operacional da empresa i no período t ; $CRESC_{it}$ = crescimento da receita da empresa i no período t ; $DEBT_{it}$ = dívida total da empresa i no período t ; MB_{it} = market to book da empresa i no período t ; TAM_{it} = tamanho da empresa i no período t); Setor (variáveis dicotômicas que compreendem ao setor de atividade econômica conforme a classificação GICS em nível *Sector Name* ao considerar os seguintes setores: (1) Communication Services; (2) Consumer Discretionary; (3) Consumer Staples; (4) Energy; (5) Health Care; (6) Industrials; (7) Information Technology; (8) Materials; (9) Real Estate; e (10) Utilities em que o setor de Communication Services foi utilizado como variável de referência); e Ano (variáveis dicotômicas que correspondem a períodos anuais de 2010 a 2024 em que o ano de 2010 foi utilizado como variável de referência).

O modelo econométrico foi avaliado por meio da técnica estatística de regressão com dados em painel. Como primeiro procedimento inerente ao adequado cálculo dessa técnica, avaliou-se a estimação mais compatível com as características dos dados, considerando a estimação em *pooled* e em efeitos aleatórios. Essa avaliação foi conduzida por meio do teste L.M. de Breusch-Pagan, ao nível de 5% de significância, o qual apontou que as características dos dados estão mais adequadas ao modelo estimado em efeitos aleatórios. Adicionalmente, destaca-se que a estimação em efeitos fixos foi desconsiderada, devido ao fato de o modelo multivariado já possuir variáveis de controle de setor, o que impede a avaliação dessa estimação.

Na sequência, os dados foram submetidos a testes de validação dos pressupostos intrínsecos ao cálculo do modelo multivariado de regressão. O teste Variance Inflation Factor (VIF) indicou que todas as variáveis independentes possuem valores inferiores a cinco, o que é um indicativo que o modelo não possui problemas associados à multicolinearidade (Fávero & Belfiore, 2017). O teste de Breusch-Pagan e o teste de Wooldridge, ambos ao nível de 5% de significância, foram utilizados para avaliação do possível comportamento de heterocedasticidade dos resíduos e autocorrelação serial em primeira ordem, respectivamente. Os resultados desses dois testes apontaram o fenômeno de heterocedasticidade e autocorrelação serial em primeira ordem, os quais foram mitigados por meio do procedimento do cálculo do modelo multivariado com dados em painel clusterização nos indivíduos, conforme sugestão de Fávero e Belfiore (2017). Assim, foi possível estimar adequadamente o modelo multivariado de regressão para testar a hipótese defendida neste estudo.

De maneira complementar, destaca-se que todas as variáveis quantitativas foram submetidas ao procedimento de *winsorização* ao nível de 1% e 99%, com propósito de mitigar problemas relacionados à presença de possíveis *outliers*. Esse tratamento visa minimizar

possíveis distorções nos resultados e interpretações do fenômeno da relação entre serviços de não auditoria e gerenciamento de resultados.

4 Apresentação e Discussão dos Resultados

O presente estudo teve como objetivo avaliar a influência dos serviços de não auditoria sobre o gerenciamento de resultados em empresas brasileiras de capital aberto. Para alcançar esse objetivo, os dados foram inicialmente analisados descritivamente. Na Tabela 2, apresentam-se os resultados da estatística descritiva.

Tabela 2
Estatística descritiva

Estadística descritiva

Painel A: Variáveis quantitativas							
Variáveis	Média	Desvio-padrão			Min	Max	Obs
		Overall	Between	Within			
AD	0,100	0,104	0,051	0,097	0,002	0,591	1893
SNAUDIT	8,950	16,563	10,670	13,737	0,000	71,967	1893
ROA	4,143	7,577	5,791	5,849	-22,966	26,627	1893
CFO	6,833	7,864	5,779	5,964	-16,824	27,323	1893
CRESC	13,395	37,51	19,947	34,688	-71,009	239,392	1893
DEBT	28,904	17,405	15,973	8,088	0,000	71,882	1893
MB	3,672	9,497	5,883	8,068	0,127	79,104	1893
TAM	22,12	1,830	1,770	0,431	17,484	26,846	1893

Painel B: Variáveis qualitativas					
Variáveis	Número de observações com pequenos lucros ou prejuízo		Número de observações que não apresentaram pequenos lucros ou prejuízo		Obs
PLUCROS	117	6,18%	1776	93,82%	1893
PREJU	379	20,02%	1514	79,98%	1893

Fonte: dados da pesquisa (2025)

Os resultados evidenciaram que os *accruals* discricionários apresentam média de 0,100, com desvio-padrão de $\pm 0,104$. Esses resultados indicam que, em média, os *accruals* passíveis de gerenciamento de resultados representam 10,0% do valor reconhecido no ativo total das empresas analisadas. Esse resultado, quando comparado com achados relatados em estudos prévios, tende a ser superior em relação ao encontrado por estudos de países outros. A exemplo, têm-se o estudo conduzido por Ferguson et al. (2004), que encontraram média de 0,09 em empresas do Reino Unido; por Bamahros e Hussin (2015), que identificaram média de 0,06 em empresas malaias; Sohn (2016), que observou média de 0,05 em empresas americanas; Martens et al. (2020), que encontraram média de 0,09 em empresas de 20 países de economias emergentes; e Hohenfels e Quick (2020), que encontraram média de 0,06 em empresas alemãs.

De maneira análoga, os resultados encontrados neste estudo também mostram um uso de *accruals* discricionários de modo superior em comparação com estudos desenvolvidos no Brasil, como Silvestre et al. (2018), que identificaram média de 0,07; e Sousa et al. (2022), que encontraram média de 0,06. Dessa forma, percebe-se que os níveis de *accruals* discricionários relatados por este estudo em empresas brasileiras são superiores em relação a estudos prévios conduzidos internacionalmente e nacionalmente, o que indica possível uso mais intensificado de práticas contábeis voltadas à manipulação intencional e deliberada dos resultados do período.

Em relação aos serviços de não auditoria, observa-se que a média foi de 8,95% ($\pm 16,56\%$). Esse resultado indica que por volta de 9% dos serviços totais de auditoria prestados pelo auditor a empresa auditada se referem a atividades complementares à auditoria das demonstrações contábeis. Quando comparado com estudos outros conduzidos internacionalmente, percebe-se que há diferenças significativas no percentual de serviços de não auditoria. O estudo de Hohenfels e Quick (2020), por exemplo, identificou que as empresas alemãs alocam, em média, 24,1% do total de serviços prestados pelo auditor em serviços de não auditoria. Já Fergunson et al. (2004) relataram uma média de 44,8% do montante dos serviços de não auditoria em empresas do Reino Unido. Esses dados sugerem que, no Brasil, os serviços de não auditoria tendem a ter uma proporção razoavelmente inferior em relação a países que não adotam o rodízio obrigatório da firma e do sócio de auditoria a cada cinco anos.

Em momento posterior à análise descritiva, os dados foram submetidos à análise de correlação de Spearman, com propósito de avaliar possíveis correlações entre as variáveis utilizadas neste estudo, com propósito principal de alcance do objetivo. Na Tabela 3, apresentam-se os resultados da matriz de correlação de Spearman.

Tabela 3
Matriz de correlação de Spearman

Variável	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	VIF
(1) AD	1										-
(2) SNAUDIT	-0,035	1									1,06
(3) ROA	-0,014	0,09	1								2,68
(4) PLUCROS	-0,045**	-0,02	-0,239***	1							1,14
(5) PREJU	0,074***	-0,094***	-0,693***	-0,128***	1						2,19
(6) CFO	-0,023	0,110***	0,452***	-0,114***	-0,306***	1					1,33
(7) CRESC	0,098***	0,078***	0,220***	-0,069***	-0,176***	0,007	1				1,14
(8) DEBT	0,091***	0,156***	-0,281***	0,021	0,120***	-0,067***	0,059***	1			1,45
(9) MB	0,075**	0,120***	0,041*	-0,093***	0,021	0,122***	0,066***	0,124***	1		1,14
(10) TAM	-0,099***	0,328***	-0,013	0,008	-0,103***	0,103***	0,081***	0,405***	-0,015	1	1,54

Nota: * significância a 10%, ** significância a 5% e ***significância a 1%.

Fonte: dados da pesquisa (2025)

Os resultados do teste de correlação de Spearman demonstraram que os accruals discricionários e os serviços de não auditoria parecem não estar significativamente correlacionados ($\rho = -0,035$; valor- $p < 0,125$). No que toca à possível correlação dos accruals discricionários com as demais variáveis, nota-se correlação significativa e positiva apenas com as variáveis prejuízo ($\rho = 0,074$; valor- $p < 0,001$), crescimento da receita ($\rho = 0,098$; valor- $p < 0,000$), dívida total ($\rho = 0,091$; valor- $p < 0,000$) e market to book ($\rho = 0,075$; valor- $p < 0,001$); e correlação negativa e significativa somente com as variáveis pequenos lucros ($\rho = -0,045$; valor- $p < 0,052$) e tamanho ($\rho = -0,099$; valor- $p < 0,000$). Esses achados indicam que as variáveis de controle possuem potencial explicativo relevante, sendo capazes capturar variações ocorridas com os accruals discricionários.

Ao avaliar a correlação entre as variáveis independentes, percebe-se que a correlação mais proeminente ocorre entre as variáveis prejuízo e dívida total ($\rho = -0,693$; valor- $p < 0,000$). Em decorrência dessa correlação não apresentar valor superior a 0,70; compreende-se que não haveria subsídios suficientes para indicar problemas relacionados à multicolinearidade entre as variáveis independentes – como sugerido por Fávero e Belfiore (2017).

Em momento posterior à realização do teste de Spearman, os dados foram submetidos à técnica estatística de regressão com dados em painel, adequada para avaliar observações do tipo firma-ano, sendo robusta para este tipo de característica. Para realização da regressão com dados em painel, em primeiro momento, é necessário averiguar a estimação mais adequada às características dos dados, entre *pooled* e efeito aleatório – possibilitada pelo teste Multiplicador de Lagrange de Breusch-Pagan, ao nível de 5% de significância. Estimações essas que foram consideradas devido ao fato de o modelo de regressão multivariada possuir variáveis de controle de tempo e setor.

Os resultados do teste Multiplicador de Lagrange de Breusch-Pagan ($\chi^2(1) = 3,80$; valor- $p < 0,026$) indicaram que a estimação mais adequada para o modelo multivariado foi em efeito aleatório. De maneira complementar, os dados também foram submetidos ao teste de Variance Inflation Factor (VIF), com propósito de averiguar possíveis problemas associados à multicolinearidade das variáveis independentes. Esse problema foi descartado, considerando a sugestão de Fávero e Belfiore (2017), principalmente porque os resultados de todas as variáveis apresentaram valores inferiores a 5 (Tabela 3). O teste de Breusch-Pagan ($\chi^2(1) 288,33$; valor- $p < 0,000$) e de Wooldridge (F (1;169) 23,75; valor- $p < 0,000$) demonstraram, ao nível de 5% de significância, que o modelo de regressão multivariada apresenta problemas relacionados à heterocedasticidade nos resíduos e autocorrelação serial de primeira ordem. Dessa forma, implicando na necessidade de estimação do modelo de regressão multivariada com dados em painel com advento do processo de clusterização dos indivíduos, que, de acordo com Fávero e Belfiore (2017), mitiga as consequências nocivas proporcionadas pelos problemas anteriormente mencionados.

Diante disso, apresentam-se na Tabela 4 os resultados do modelo de regressão que avalia da relação entre os serviços de não auditoria e os accruals discricionários, passíveis de serem utilizados para o gerenciamento de resultados, em um modelo com dados em painel clusterizado nos indivíduos.

Tabela 4

Modelo multivariado de gerenciamento de resultados e serviços de não auditoria

	AD
	Coef.
	(Erro-padrão robusto)
SNAUDIT	0,0002 (0,0002)
ROA	0,0005 (0,0006)
PLUCROS	-0,0095 (0,0088)
PREJU	0,0068 (0,0095)
CFO	-0,0011*** (0,0004)
CRESC	0,0003*** (0,0001)
DEBT	0,0010*** (0,0002)
MB	0,0004 (0,0005)
TAM	-0,0073*** (0,0021)
Constante	0,2531*** (0,0494)
Controle de Tempo	Sim
Controle de Setor	Sim
Teste Wald	156,72***
Observações	1893
L. M. Breusch-Pagan	3,80**
VIF (mínimo)	1,06
VIF (máximo)	2,68
Breusch-Pagan	288,33***
Wooldridge	23,75***

Nota: regressão com dados em painel por meio da estimação com efeitos aleatórios ao considerar o procedimento de clusterização dos indivíduos. * significância a 10%, ** significância a 5% e ***significância a 1%.

Fonte: dados da pesquisa (2025)

Os resultados evidenciam que os accruals discricionários não possuem relação significativa com os serviços de não auditoria (Coef. = 0,0002; valor- $p < 0,360$). Esse resultado indica que a elevação dos serviços de não auditoria em relação ao total de serviços prestados pelo auditor à empresa auditada, revela-se insuficiente para propiciar alterações consideráveis nos níveis de práticas de gerenciamento que possam comprometer a qualidade do lucro reportado. Além disso, a ausência de significância estatística na relação entre serviços de não auditoria e gerenciamento de resultados implica na rejeição da hipótese central deste estudo – que propunha uma relação positiva entre serviços de não auditoria e gerenciamento de resultados.

Esse resultado contrasta com as evidências apresentadas por Ferguson et al. (2004), Habib e Islam (2007), Bamahros e Hussin (2015), Hohenfels e Quick (2020) e Kyriakou, M. I. (2025), que relataram uma associação positiva entre o aumento dos serviços de não auditoria e a intensificação de práticas de gerenciamento de resultados por parte dos gestores do alto escalão. A diferença dos resultados encontrados por este estudo em relação à literatura prévia, pode ser interpretada como um avanço nas discussões da área, ao sugerir que o ambiente institucional brasileiro pode ser um fator explicativo para a ausência de relação significativa entre os serviços de não auditoria e o gerenciamento de resultados.

No Brasil, a Instrução Normativa nº 308, de 1999, implementada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabeleceu a obrigatoriedade do rodízio da firma e do sócio pela auditoria em empresas de capital aberto. À época, esse mecanismo posicionou o Brasil como um dos poucos países a adotar, de forma obrigatória, tanto o rodízio para a firma de auditoria quanto para o sócio de auditoria em um intervalo relativamente curto, a cada cinco anos. O rodízio da firma de auditoria é um instrumento normativo que finda o vínculo entre auditor e auditada. Essa descontinuidade gera um entrave no desenvolvimento de relações econômicas mais estreitas entre a firma de auditoria e a entidade auditada, as quais poderiam comprometer a independência do auditor — como mencionado por Bell et al. (2015) e Sousa et al. (2022). Em razão disso, o rodízio mandatório tende a desincentivar o uso excessivo de serviços não relacionados à auditoria, os quais, em contextos de vínculo prolongado, estariam relacionados à dependência econômica da empresa auditada em relação à firma de auditoria.

Esse desincentivo regulatório existente no contexto brasileiro pode ser um dos motivos pelos quais, como evidenciado na discussão da estatística descritiva, o percentual de serviços de não auditoria seja significativamente inferior em relação ao total de serviços prestados pelo auditor, quando comparado a estudos prévios (Ferguson et al., 2004; Hohenfels & Quick, 2020), especialmente em países europeus, que não possuem uma política regulatória de rodízio do auditor a cada cinco anos.

Nesse contexto, a menor proporção de serviços de não auditoria, observada em um contexto de rodízio obrigatório, pode não se restringir a uma tentativa de reduzir a dependência econômica do auditor em relação a empresa auditada, mas sim representar uma estratégia de aprimoramento da qualidade das demonstrações contábeis. Assim, o ambiente de regulatório brasileiro pode ser um fator que explica a inexistência de uma relação entre os serviços não relacionados à auditoria e os accruals discricionários. Consequentemente, em um ambiente de rodízio obrigatório, os serviços não relacionados à auditoria poderiam desempenhar um papel importante ao aumentar a capacidade dos profissionais contábeis em reconhecer, de maneira mais precisa, os eventos econômicos no processo de elaboração das demonstrações contábeis, o que contribui para a elevação da qualidade dos componentes da informação contábil.

De maneira complementar, o estudo complementa as discussões de Ferguson et al. (2004), Habib e Islam (2007), Bamahros e Hussin (2015), Hohenfels e Quick (2020) e Kyriakou, M. I. (2025), ao evidenciar que o aumento dos serviços de não auditoria não está associado, neste contexto, à intensificação de práticas de manipulação intencional e deliberada no resultado contábil. Esse resultado também complementa discussões anteriormente estabelecidas de que ambientes com rodízio da firma e do sócio de auditoria a cada cinco anos em que as empresas já estão amadurecidas, devido ao fato deste mecanismo regulatório ter sido implementado a mais de vinte anos, mitiga problemas relacionados à independência do auditor e preserva a qualidade empregada nas demonstrações contábeis. Assim, possibilitando que investidores e credores tenham acesso a demonstrações com informações de qualidade para alicerçar tomadas de decisões que maximizem o retorno do capital financeiro alocado nas empresas brasileiras.

5 Conclusões

Este estudo teve como objetivo avaliar a influência dos serviços de não auditoria sobre o gerenciamento de resultados em empresas brasileiras de capital aberto. Para isso, desenvolveu-se a hipótese de que haveria uma relação positiva entre a contratação de serviços de não auditoria e gerenciamento de resultados. No entanto, essa hipótese foi rejeitada, pois os resultados indicaram que os serviços de não auditoria não possuem relação significativa com os accruals discricionários. Em outras palavras, o aumento da contratação dos serviços de não auditoria, dentro dos limites do modelo adotado, não se mostrou capaz de influenciar, de maneira relevante, a implementação de práticas contábeis com propósito de gerenciar intencionalmente os resultados econômico-financeiros para atender a interesses privados dos gestores.

Os resultados deste estudo possuem a capacidade de contribuir em duas frentes principais. A primeira concerne à frente teórica, principalmente em relação a estudos prévios (Habib & Islam, 2007; Bamahros & Hussin, 2015; Hohenfels & Quick, 2020; Kyriakou, M. I., 2025), que se dedicaram a compreender a possível associação entre serviços de não auditoria e gerenciamento de resultados. A principal contribuição teórica deste trabalho reside na apresentação de evidências empíricas oriundas do ambiente institucional brasileiro, em que o rodízio obrigatório de auditoria, tanto da firma quanto do sócio responsável, já está plenamente estabelecido há mais de vinte anos. Nesse ambiente regulatório maduro, em que as empresas e o auditores (firma e sócio) já estão plenamente adaptados à rotatividade periódica, a contratação de serviços de não auditoria parece não configurar um fator determinante para a implementação de práticas de manipulação do resultado contábil.

Os resultados também avançam em termos teóricos ao evidenciar que, em um ambiente com rodízio obrigatório de firma e de sócio de auditoria realizado a cada cinco anos, os serviços não relacionados à auditoria tendem a não configurar uma fonte para que a empresa crie um contexto que enseje a dependência econômica do auditor. Evidência essa que mostra um panorama diferenciado em relação ao observado em estudos prévios (Bamahros & Hussin, 2015; Hohenfels & Quick, 2020; Kyriakou, M. I., 2025), em países outros de que a cessão da relação auditor-auditada parece mitigar problemas relacionados aos serviços de não auditoria ser utilizado de maneira oportunista pelos gestores do alto escalão para prejudicar a independência do auditor e qualidade do serviço prestado, favorecendo práticas que prejudicam a qualidade das demonstrações contábeis. Além disso, destaca-se que, no contexto brasileiro, o baixo percentual de contratação de serviços de não auditoria pelas empresas, em relação aos serviços totais de auditoria, poderia ser utilizado com propósito de contribuir para a melhoria da qualidade das demonstrações financeiras, em vez de comprometer a independência do auditor ou influenciar a emissão do parecer.

A segunda frente de contribuição refere-se à prática contábil, especialmente no que tange aos agentes que transacionam recursos financeiros com as empresas, como investidores, credores e analistas de mercado. Os resultados deste estudo podem ajudá-los a compreender que a contratação de serviços de não auditoria, por si só, não implica, necessariamente, em uma relação de dependência econômica entre o auditor e a empresa auditada. De maneira complementar, os achados sugerem que o rodízio obrigatório da firma e do sócio, em que pese seja custoso financeiramente para a empresa, contribui para assegurar a independência do auditor e a realização do trabalho de auditoria de maneira imparcial. Como consequência, a qualidade da auditoria tende a ser mantida, o que reforça a credibilidade e a transparência das

demonstrações contábeis apresentadas pelas empresas — elementos essenciais para a tomada de decisão por parte dos agentes do mercado.

Para além disso, órgãos reguladores também tendem a ser beneficiados pelos resultados descobertos. Dentre esses órgãos, destaca-se a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), cuja atuação é imprescindível para garantir a transparência e a integridade das informações contábeis divulgadas pelas companhias abertas. A CVM pode se beneficiar diretamente dos achados deste estudo, uma vez que estes oferecem indícios da efetividade do rodízio da firma e do sócio em um ambiente plenamente estabelecido e amadurecido com este mecanismo regulatório. Adicionalmente, os resultados deste estudo também podem servir como referência para órgãos reguladores de outros países, especialmente aqueles que ainda estão em fase de discussão sobre a adoção do rodízio obrigatório de auditores ou que implementaram esse mecanismo recentemente, ao longo da última década. Ao evidenciar a ausência de relação significativa entre serviços de não auditoria e práticas de gerenciamento de resultados, os achados contribuem para o debate internacional sobre a eficácia de mecanismos regulatórios voltados à preservação da independência do auditor e à qualidade das demonstrações contábeis.

O presente estudo não foi isento de limitações. A análise do gerenciamento de resultados foi conduzida exclusivamente sob a ótica das práticas contábeis discricionárias, o que representa apenas uma das formas possíveis de manipulação do resultado contábil. Essa abordagem, embora amplamente utilizada na literatura, não contempla outros mecanismos utilizados por gestores do alto escalão para interferir, de maneira deliberada e intencional, no resultado do período. Em função disso, sugere-se, para estudos futuros, a avaliação da possível relação dos serviços de não auditoria no gerenciamento de resultados por meio das atividades operacionais. Também é sugerida a avaliação, para além do gerenciamento de resultados, dos possíveis reflexos dos serviços de não auditoria em componentes outros de qualidade empregada das demonstrações contábeis, como a comparabilidade e a relevância da informação contábil.

Referências

- Adams, C. A., & Evans, R. (2004). Accountability, completeness, credibility and the audit expectations gap. *Journal of corporate citizenship*, (14), 97-115.
- Ali, A., & Zhang, W. (2015). CEO tenure and earnings management. *Journal of Accounting and Economics*, 59(1), 60-79. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2014.11.004>
- Almadi, M., & Lazic, P. (2016). CEO incentive compensation and earnings management: The implications of institutions and governance systems. *Management Decision*, 54(10), 2447-2461. <https://doi.org/10.1108/MD-05-2016-0292>
- Al-Sraheen, D. A. A. D. O. (2019). The role of the audit committee in moderating the negative effect of non-audit services on earnings management among industrial firms listed on the Amman Stock Exchange. *Afro-Asian Journal of Finance and Accounting*, 9(3), 349-361. <https://doi.org/10.1504/AJFA.2019.100983>
- Bamahros, H. M., & Wan Hussin, W. N. (2015). Non-audit services, audit firm tenure and earnings management in Malaysia. *Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance*, 11(1), 145-168.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of accounting research*, 46(3), 467-498. <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x>
- Bell, T. B., Causholli, M., & Knechel, W. R. (2015). Audit firm tenure, non-audit services, and internal assessments of audit quality. *Journal of accounting research*, 53(3), 461-509. <https://doi.org/10.1111/1475-679X.12078>

- Bronson, SN, Carcello, JV, Hollingsworth, CW, & Neal, TL (2009). Comitês de auditoria totalmente independentes são realmente necessários?. *Journal of accounting and public policy*, 28 (4), 265-280. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2009.06.001>
- Choi, A., Sohn, B. C., & Yuen, D. (2018). Do auditors care about real earnings management in their audit fee decisions?. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, 25(1-2), 21-41. <https://doi.org/10.1080/16081625.2016.1231580>
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM). (1999). Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999. Dispõe sobre a rotação de auditores independentes. Diário Oficial da União.
- DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of accounting and economics*, 3(3), 183-199. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(81\)90002-1](https://doi.org/10.1016/0165-4101(81)90002-1)
- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *Accounting Review*, 193-225.
- DeFond, M., Hu, X., Hung, M., & Li, S. (2011). The impact of mandatory IFRS adoption on foreign mutual fund ownership: The role of comparability. *Journal of accounting and economics*, 51(3), 240-258. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2011.02.001>
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. Elsevier Brasil.
- Ferguson, M. J., Seow, G. S., & Young, D. (2004). Nonaudit services and earnings management: UK evidence. *Contemporary accounting research*, 21(4), 813-841. <https://doi.org/10.1506/MFV5-9T3Q-H5RK-VC20>
- Francis, J. R., Pinnuck, M. L., & Watanabe, O. (2014). Auditor style and financial statement comparability. *The Accounting Review*, 89(2), 605-633. <https://doi.org/10.2308/accr-50642>
- Gul, F. A., Jaggi, B. L., & Krishnan, G. V. (2007). Auditor independence: Evidence on the joint effects of auditor tenure and nonaudit fees. *Auditing: a Journal of Practice & Theory*, 26(2), 117-142.
- Habib, A., & Islam, A. (2007). Determinants and consequences of non-audit service fees: Preliminary evidence from Bangladesh. *Managerial Auditing Journal*, 22(5), 446-469. <https://doi.org/10.1108/02686900710750748>
- Hohenfels, D., & Quick, R. (2020). Non-audit services and audit quality: evidence from Germany. *Review of Managerial Science*, 14(5), 959-1007. <https://doi.org/10.1007/s11846-018-0306-z>
- Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of accounting research*, 29(2), 193-228. <https://doi.org/10.2307/2491047>
- Kothari, S. P., Leone, A. J., & Wasley, C. E. (2005). Performance matched discretionary accrual measures. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), 163-197. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.11.002>
- Kyriakou, M. I. (2025). The role of earnings management and audit fees in non-financial companies during crises. *Central Bank Review*, 25(2), 100200. <https://doi.org/10.1016/j.cbrev.2025.100200>
- Lourenço, I. C., Rathke, A., Santana, V., & Branco, M. C. (2018). Corruption and earnings management in developed and emerging countries. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 18(1), 35-51. <https://doi.org/10.1108/CG-12-2016-0226>
- Marques, V. A., Louzada, L. C., Amaral, H. F., & de Souza, A. A. (2018). O poder da reputação: evidências do efeito big four sobre a opinião do auditor. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15(35), 03-31. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n35p3>

- Oliveira, J. B., de Araújo, J. G., Araújo, D. J. C., & Lagioia, U. C. T. (2014). A Independência dos Auditores Independentes: Um Estudo da Percepção dos Auditores sobre as Situações que influenciam a sua perda. *Revista Universo Contábil*, 10(4), 86-105. <https://doi.org/10.4270/ruc.2014431>
- Parkash, M., & Venable, C. F. (1993). Auditee incentives for auditor independence: The case of nonaudit services. *Accounting Review*, 113-133.
- Parreira, M. T. S., Puppim, L., Nascimento, E. M., & Murcia, F. D. R. (2021). Rodízio de auditoria independente e gerenciamento de resultados: uma investigação entre empresas de capital aberto no Brasil. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 40(1), 68-87. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v40i1.44318>
- Porta, R. L., Lopez-de-Silanes, F., Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1998). Law and finance. *Journal of political economy*, 106(6), 1113-1155. <https://doi.org/10.1086/250042>
- Silvestre, A. O., Costa, C. M., & Kronbauer, C. A. (2018). Audit rotation and earnings quality: An analysis using discretionary accruals. *BBR. Brazilian Business Review*, 15(5), 410-426. <https://doi.org/10.15728/bbr.2018.15.5.1>
- Singh, A., Singh, H., Sultana, N., & Evans, J. (2019). Independent and joint effects of audit partner tenure and non-audit fees on audit quality. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 15(2), 186-205. <https://doi.org/10.1016/j.jcae.2019.04.005>
- Sohn, B. C. (2016). The effect of accounting comparability on the accrual-based and real earnings management. *Journal of Accounting and Public Policy*, 35(5), 513-539. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2016.06.003>
- Soschinski, C. K., Schlup, D., Bogoni, N. M., & da Cunha, P. R. (2020). Influência da governança corporativa na assimetria de informação: uma comparação entre empresas brasileiras e americanas. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(43), 149-163. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n43p149>
- Sousa, A. D., & Ribeiro, A. M. (2020). Efeito do auditor na comparabilidade e uniformidade dos relatórios financeiros: uma análise em empresas brasileiras de capital aberto. In *Anais do XXV USP International Conference in Accounting, São Paulo, Brasil* (pp. 1-2)
- Sousa, A. M. D., Ribeiro, A. M., & Vicente, E. F. R. (2021). Impacto da troca de auditoria na comparabilidade dos relatórios financeiros. *Revista Contabilidade & Finanças*, 32, 413-428. <https://doi.org/10.1590/1808-057x202111830>
- Sousa, A. M., da Silva Sousa, R. C., Orsato, R., & Colauto, R. D. (2023). Does national corruption encourage earnings management? A comparison of countries on the European and American continents. *Contextus—Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 21, 1-15. : <https://doi.org/10.19094/contextus.2023.81163>
- Sousa, A. M., Figari, A. K. P., & Colauto, R. D. (2022). Influência da tenure da auditoria no gerenciamento de resultados em empresas abertas do mercado brasileiro. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 41(3), 74-95. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v41i3.57044>
- Sousa, A. M., Rego, G. M. S., & Souza, P. V. S. (2025). Influência da tenure da firma de auditoria na relação entre serviços de não auditoria e comparabilidade das demonstrações contábeis. In *Anais do 25º USP International Conference in Accounting e 22º Congresso USP de Iniciação Científica* (pp. 1–20). São Paulo, SP.
- Tepalagul, N., & Lin, L. (2015). Auditor independence and audit quality: A literature review. *Journal of accounting, auditing & finance*, 30(1), 101-121. <https://doi.org/10.1177/0148558X14544505>
- Wolf, F. M., Tackett, J. A., & Claypool, G. A. (1999). Audit disaster futures: antidotes for the expectation gap?. *Managerial Auditing Journal*, 14(9), 468-478. <https://doi.org/10.1108/02686909910301556>

- Xu, H., Dao, M., & Wu, J. (2019). The effect of local political corruption on earnings quality. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 53(2), 551-574. <https://doi.org/10.1007/s11156-018-0758-x>
- Ye, P., Carson, E., & Simnett, R. (2011). Threats to auditor independence: The impact of relationship and economic bonds. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 30(1), 121-148. <https://doi.org/10.2308/aud.2011.30.1.121>